da eficiência do ato e do desejo do psicanalista

Didier Castanet

Inicialmente, eu vou situar a questão da eficiência.

Eu fui procurar esse termo, *eficiência do ato*, na filosofia e, mais particularmente, na filosofia de Aristóteles. Aristóteles pergunta-se se o pensamento do ato explica o ato. É preciso, aliás, precisar que ele reflete mais em termos de ação que em termos de ato. A ação, para Aristóteles, é um problema resolvido, se é efetivamente possível pensar de maneira racional a ação em si mesma.

Vocês sabem que Aristóteles inventou o silogismo, que é uma forma de raciocínio que conclui, necessariamente, a partir de duas premissas. Aristóteles o definiu assim no capítulo I das *Analytiques premières*: o silogismo é um discurso no qual certas coisas sendo postas, outra coisa além desses dados resulta daí necessariamente apenas por causa desses dados. E Aristóteles precisa: "Eu quero dizer que é por eles que a conseqüência é obtida".

Em suas referências, o sábio precisa do silogismo para demonstrar verdades. Mas há outros tipos de silogismos que não o silogismo necessário. Conhecemos, principalmente, o silogismo dialético, operando na discussão que se apóia sobre idéias admitidas e que são verossímeis, e o silogismo erístico, que só tem a aparência da probabilidade do verdadeiro.

Mas a questão que me interessou é aquela do problema do impedimento e do levante da contingência. Quer dizer, quando se diz, com Aristóteles: "poder é não ser impedido".

O silogismo articula-se, é preciso dizê-lo, a despeito de qualquer acontecimento que venha a emperrar a máquina, quebrar o mecanismo da passagem ao ato. Por mais que a deliberação aplique-se às coisas incertas e o ato ajunte-se aos fatos da contingência, permanece o fato de que o silogismo faz *como se* não somente o "*automaton*", o acaso, não interviesse jamais, mas também a "*tiché*" — que gira, às vezes, com boa sorte —, e até e inclusive o ato moral não representassem aqui nenhum papel.

Eu me detenho aqui com essas considerações filosóficas introdutórias e vou tentar ver os ecos que se pode ter desse termo, *eficiência*, em nosso campo.

Eu procederei em dois tempos antes de concluir:

- um primeiro tempo, que eu chamarei *o ato em questão*;
- um segundo tempo, que eu chamei *do desejo ao ato*.

É de fato o ato do analista que instala o inconsciente. Para Lacan, contrariamente a Freud, o ato é do psicanalista e não do analisando a quem pertence a tarefa. Ou seja, a regra fundamental da análise repousa sobre a verdade profunda do "eu não penso".

Lacan não deixa de sublinhar o caráter inaugural do ato com sua dimensão de transposição de alguma coisa da ordem do significante e sua dimensão de renovação. Efetivamente, o fim de uma psicanálise pode marcar o começo da prática de um novo psicanalista, aquele que garantirá, em seguida, este ato dificilmente perceptível no começo de cada psicanálise, que conduzirá o analisando em direção à sua destituição subjetiva em fim de análise, quer dizer, em direção aos efeitos de sua divisão.

Articulando a cadeia significante, o sujeito articula sua própria falta-a-ser até a imperfeição fálica, que suscita a demanda endereçada ao Outro para que ele venha completá-lo. A demanda à qual o analista deve responder é deixada de lado, e este deve colocar-se na posição de resíduo, do objeto *a*. O ato psicanalítico é, com efeito, como sublinha Lacan, o ato de um sujeito que coloca um outro a cargo, sabendo que ele vai ser levado a fazer *semblant* de ocupar o lugar de objeto do desejo do analisando, *a*, e que no final será reduzido ao resíduo na falência do sujeito suposto saber. É a ética da psicanálise impondo ao psicanalista não ceder sobre o seu desejo que o conduz a ocupar este lugar de objeto *a*. Dito de outra forma, *o ato psicanalítico* funciona, de partida, com "o sujeito suposto saber faltoso". Esse sujeito suposto saber sabe que, no momento do que Lacan chama o passe, através do psicanalisando, o desser, não sabendo de nada, virá atingir seu ser justamente porque é a verdade do sujeito que é aí tocada.

Um tal ato supõe, mas igualmente suporta, a transferência. O amor de transferência faz o tapa-buraco à causa do desejo. Ainda que seja por parte do analisando como causa entendida e como nada a perder, ele também não falta por parte do analista, como desejo do analista. Mas na transferência há um além do amor que é o peso da realidade sexual proveniente da introdução do objeto *a*.

A transferência é, de alguma forma, "o tempo lógico", o tempo que é preciso para que o ato advenha. E Lacan precisa, em seu seminário *Mais, ainda*, que cada um só intervém nesse tempo lógico a título de objeto *a* que ele é ao olhar dos outros. Isso quer dizer que, durante o tratamento, o analista é chamado

pelo analisando a responder do lugar que este lhe atribui, ou seja, do lugar de objeto *a* que preencheria sua falta.

Desde a primeira página do seu seminário sobre o ato psicanalítico, Lacan lembra-nos que falar de ato implica necessariamente falar do sujeito que é colocado em ato. Com efeito, segundo ele, é a partir da questão da subversão do sujeito que é preciso abordar a questão do ato. Todavia, ele não deixa de sublinhar que, se há uma dimensão comum a todos os atos, é certamente aquela de não comportar em seu instante a presença do sujeito. Dito de outra forma, no momento do ato o sujeito não está lá, porque ele se identifica com o significante que ele acaba de criar para responder à falta no Outro.

do desejo ao ato

A questão refere-se, de fato, sobre o "autorizar-se", sobre o que Lacan também chama de "o princípio da iniciativa do psicanalista".

Muito se disse que "autorizar-se de si mesmo" não é um princípio anarquista. Esta fórmula refere-se, antes de tudo, a uma falta de apoio inerente ao ato psicanalítico em si. Quando um sujeito engaja-se como analista, não há ninguém para tomar a responsabilidade em seu lugar. Melhor ainda, não há nada que possa assegurá-lo de que ele o faz com discernimento. Nada e notadamente nenhum saber ou, se preferirmos, nenhum conhecimento. Um saber nunca lhe dará mais do que uma competência. Mas será preciso um passo a mais para que ele cumpra esta performance — *performance* em um sentido vizinho ao sentido lingüístico, que não implica necessariamente a dimensão do feito.

Essa ausência de sustentação, essa ausência de fundamento do analista é, seguramente, difícil de suportar, ao ponto que o analisando, tornando-se analista, pode ser tentado a usar de manipulações com o que essa ausência implica. Por exemplo, ele pode considerar que a ausência de interdição da parte de seu analista vale como autorização.

Sobre essa questão, que é a questão do ato, talvez não baste permanecer sobre o modo com o qual ela se coloca para cada um individualmente. Parece-me que a dimensão do ato também não pode ser evitada na história das instituições psicanalíticas. Uma associação de analistas só sustenta-se na forma com a qual se engaja o trabalho de seus membros a partir, certamente, da contribuição de Freud e Lacan, se é a eles que ela se refere, mas sem que essas referências constituam uma garantia. Isso torna ainda maior a responsabilidade de cada analista.

A passagem a analista, por assim dizer, não tem nada de um método dedutível que estaria contido como conseqüência lógica em alguma premissa. Lacan, para falar disso, emprega várias vezes a palavra *salto*. Então, mais que um passo, há um salto. É, em todo caso, o que ele diz em seu seminário *O ato analítico*, no ano que seguiu a proposta sobre o passe. E, no mesmo seminário, ele fala muito precisamente de uma "passagem ao ato", de uma passagem "sensata" ao ato.

Que haja de alguma forma passagem ao ato, isso não se atém somente ao fato de que a decisão de fazer função de analista seja tomada sem segurança particular de sua pertinência. Mas também que ela precipita o analisando em uma posição da qual se pôde observar o desconforto, e que se pode efetivamente comparar com aquela onde uma passagem ao ato instala ordinariamente o sujeito. Eu só quero lembrar aqui uma descrição que é atualmente trivial entre aqueles que seguiram Lacan, mesmo que ela esteja talvez a responder e a interrogar. A passagem ao ato é, sabe-se, esse movimento pelo qual o sujeito precipita-se no vazio, joga-se, por exemplo, embaixo de uma ponte de estrada de ferro, transforma-se, ele mesmo, nesse objeto que cai, nesse objeto dejeto. Ora, nós parecemos concordar bem facilmente em dizer que o analisando, tornando-se analista, vai, ele mesmo, como representante do objeto *a*, encarnar um objeto que é, certamente, o objeto causa do desejo, mas que é objeto de horror, objeto de nojo, objeto que suscita angústia, objeto finalmente rejeitado no fim de um processo que se repetirá com cada um de seus analisandos. E é talvez porque ele sabe o que ele vai ser como objeto que sua passagem ao ato pode ser chamada "sensata". Mas, então, uma questão permanece: como se pode desejar isto?

Como desejar este lugar, preencher esta função? Lacan não deixa de colocar esta questão, não podendo satisfazer-se em aceitar o fato como tal. O passe é, talvez, um modo de ir um pouco além, o modo imaginado por Lacan para saber um pouco mais sobre esta passagem ao ato. Ele supõe que se possa reconhecer uma análise que foi didática, quer dizer, parece-me, reconhecer como advindo — e eu cito a primeira versão da proposição — "o desejo que permite ocupar o lugar de desser". A questão refere-se ao desejo do analista, que não se confunde, claro, com um desejo de ser analista, que se define, antes de tudo, como o desejo que operará nos tratamentos que conduzirá aquele que se tornar analista.

Se há verdadeiramente um desejo em jogo na passagem a analista, esse desejo, como todo desejo, será também desejo

de fazer reconhecer seu desejo. Para fazer uma comparação, sabe-se que, no sonho, a realização de um desejo particular é sempre acompanhado de outra coisa. Além do que o sujeito deseja, há aquilo que, sonhando, ele endereça ao Outro, ele endereça-se ao Outro que poderia ouvi-lo além do que ele diz. Eu acho que acontece o mesmo no que concerne o desejo do analista no momento em que ele se produz como tal.

Então, nesse ponto eu me coloco a questão da destituição subjetiva. Lacan diz que a questão é saber se, na destituição do sujeito, advém o desejo que permite ocupar o lugar do des-ser, de ser suporte da agalma. Mas por que não observar que a destituição subjetiva não se resume à posição depressiva do fim do tratamento? De uma certa forma, Lacan indica-o no seminário sobre o ato psicanalítico, ou seja, que o analisando aí se engaja desde o início do tratamento, desde o momento em que ele aceita falar respeitando a regra fundamental, desde o momento em que ele associa "*sem procurar saber se em suas associações ele está inteiro como sujeito*" (17 de janeiro de 1968).

Parece-me que, sobre essa questão da passagem do analista, tendemos um pouco demais a tomar as coisas de uma maneira unilateral. O analisando compreende, no tratamento, que seu analista se reduz, finalmente, ao objeto *a*. É, sem dúvida, dizer correlativamente que o analista não é um hermeneuta, que ele não é o mestre do sentido, que seus silêncios ou suas intervenções enigmáticas não escondem o saber suposto na cadeia significante. Mas esse silêncio, esses enunciados dessubjetivados, se eles encarnam o que é do objeto *a* em si, são, ao mesmo tempo, o que no tratamento pôde relançar o trabalho associativo. O objeto, aqui, não será talvez concebido somente como o que o tratamento recortou ao fim de um processo, mas como o que, a cada instante, pôde transparecer entre os significantes, o que pôde amarrar as cadeias significantes. É isso também que o analisando pôde experimentar. Por que isso não estaria de alguma forma em sua passagem a analista? Em todo caso, isso obriga a ter uma visão menos unilateral. Poder-se-ia pensar, então, que é esta forma específica de experiência, esta atenção ao texto inconsciente que favorece o tratamento, que permite manifestar-se algo como um desejo de saber.

~

Traduzido por Leonardo de Assis

referências bibliográficas

LACAN, Jacques. *Le séminaire: livre XV*– L'acte psychanalitique (1967-1968). (Inédit).

LACAN, Jacques. *Le séminaire: livre XX* – Encore. Paris: Seuil, 1975. (Texte établit par Jacques Alain Miller).

resumo

Desde o início do seu seminário *O ato psicanalítico*, Lacan lembra-nos que falar de ato implica necessariamente falar do sujeito que é colocado em ato. É, de fato, o ato do analista que instala o inconsciente. Para Lacan, contrariamente a Freud, o ato é do psicanalista e não do analisando a quem pertence a tarefa. Ou seja, a regra fundamental da análise repousa sobre a verdade profunda do "eu não penso". O "autorizar-se de si mesmo" não é um princípio anarquista. Essa fórmula refere-se mais a uma falta de apoio inerente ao ato psicanalítico em si. Quando um sujeito engaja-se como analista, não há ninguém para tomar a responsabilidade em seu lugar. A passagem a analista não tem nada de um método dedutivo que estaria contido como conseqüência lógica em alguma premissa. Então, mais que um passo, há um salto, como diz Lacan no referido seminário, no ano que segue a sua proposição sobre o passe. Se há verdadeiramente um desejo em jogo na passagem a analista, esse desejo, como todo desejo, será também desejo de fazer reconhecer seu desejo. Então, coloca-se a questão da destituição subjetiva. Lacan diz que a questão é saber se, na destituição do sujeito, advém o desejo que permite ocupar o lugar "des-ser", de ser suporte de agalma.

abstract

Throughout his seminar "the psychoanalytic act" Lacan points out that to speak of act necessarily implies speaking of the subject who is put in act. Indeed, it is the analyst's act that installs the unconscious. For Lacan, in opposition to Freud, the act in question belongs to the psychoanalyst and not to the patient, the one who is endowed with the task. Then, the fundamental rule of analysis lies on the truth "I do not think". Authorizing oneself is not an anarchist principle. This formula refers rather to a lack of support that is inherent to the psychoanalytic act in itself. When a subject is engaged as an analyst nobody else can take this responsibility in his place. Becoming an analyst is not related to a deductive method, a logical consequence in a proposition. Then, more than a step there is a leap, says Lacan in his seminar "the analytic act", one year later. If there is really a desire in question in this becoming an analyst, this desire, as any desire, will be also a desire of recognition of such desire. Then the question of the subjective destitution arises. Lacan says that the question is to know if in the subject's destitution a desire appears which allows for the subject's occupation of the position of not-being, of pure ornament and image.